

Desafiando o coro dos contentes: vozes dissonantes no processo de implementação dos Jogos Pan-Americanos, Rio 2007

Danielle Barros de Moura Benedicto

(Mestre IPPUR/UFRJ)

Recebimento/Aprovação:

Artigo recebido em outubro de 2008 e aprovado para publicação em outubro de 2008

Resumo:

Pretende-se no artigo, abordar as conseqüências da adoção do modelo de planejamento dito estratégico a partir da reação e articulação dos diferentes grupos sociais impactados direta ou indiretamente por estas intervenções, a partir do estudo de caso dos Jogos Pan-Americanos, Rio 2007. Neste contexto, direciona-se o estudo para as disputas argumentativas em torno da legitimidade das ações e discursos associados à realização de um grande evento esportivo, em que o legado emerge como um dos principais elementos disputados pelos sujeitos sociais envolvidos. Ao longo deste trabalho procurou-se demonstrar como os diferentes discursos, representações e ações da resistência afetaram não somente a implementação do projeto dos Jogos como também colocaram em questão os processos de reestruturação urbana ensejados pelo modelo de gestão da cidade do Rio de Janeiro desde a década de 1990.

Abstract:

This article examines the consequences of adopting the so called strategic planning model from the perspective of the reaction and articulation of different social groups directly or indirectly impacted by these interventions, from the case study of the Pan American Games, Rio 2007. In this regard, the study directs to argumentative disputes around the legitimacy of the actions and words associated with the completion of a major sporting event, where the legacy emerges as a key element disputed by the social subjects involved. Throughout this work we sought to demonstrate how the various speeches, representations and actions of resistance not only affected the implementation of the project of the Games but also put in question the processes of urban restructuring undertaken by management in Rio de Janeiro since the 90s.

1. Apresentação

A discussão que se pretende levantar neste artigo diz respeito às conseqüências político-simbólicas e prático-materiais da adoção do modelo de planejamento dito estratégico a partir da reação e articulação dos diferentes grupos sociais impactados direta ou indiretamente por estas intervenções.

A partir do estudo de caso dos Pan-Americanos Rio 2007 procurou-se reconhecer as vozes dissonantes que desafiaram e desafinaram o aclamado e instrumental “coro dos contentes”, reconstruindo as subjetividades urbanas, afirmando a existência do conflito, mediante a denúncia da reprodução de uma cidade injusta e desigual.

A pesquisa, neste sentido, foi direcionada Jogos principalmente para as disputas argumentativas em torno da legitimidade das ações e discursos associados à realização de um grande evento esportivo, onde o legado emerge como um dos principais elementos disputados pelos sujeitos sociais envolvidos.

Ao longo deste trabalho, procurou-se demonstrar como os diferentes discursos, representações e ações da resistência afetaram não somente a implementação do projeto dos Jogos como também colocaram em questão os processos de reestruturação urbana ensejados pelo modelo de gestão da cidade do Rio de Janeiro desde a década de 1990.

2. A cidade do Rio de Janeiro e os grandes eventos esportivos

2.1 O lugar dos grandes eventos no planejamento dito estratégico

No âmbito das formas recentes de valorização do capital, as cidades têm sido pensadas e produzidas de modo a torná-las protagonistas da dinâmica econômica por meio da adequação de suas formas de gestão e produção. Competitividade, “empresariamento urbano¹”, planejamento estratégico (por projetos), intervenções pontuais, entre outros enunciados, passam a compor o rol das iniciativas a serem adotadas pelos administradores urbanos.

A cidade ao ser adaptada ao modelo assume um duplo papel: o de cidade-empresa e, ao mesmo tempo, o de cidade-mercadoria. A cidade-empresa tem nas parcerias público-privadas sua principal característica, além da adoção de uma gestão urbana dita “eficiente“, que resulta em uma corrida a qualquer preço pelo lucro em detrimento a outras necessidades sociais. A cidade-mercadoria, em contrapartida, conta com a criação de “cenários espetaculares” e grandes eventos (não menos espetaculares) de modo a serem consumidos por usuários solventes, dispostos a pagar pelo entretenimento transformado em “mercadoria vedete” dos novos tempos. A “cidade-espetáculo²” (Sánchez 1997) pode ser compreendida como uma síntese paradigmática deste período.

Grandes projetos arquitetônicos, além dos grandes eventos, passam a ser reproduzidos, de forma universal, em cidades com características e contextos políticos, econômicos e sociais completamente diferentes, assumindo um importante papel nas agendas “pró-desenvolvimento” dos governos municipais principalmente a partir da década de 1990.

O grande evento, neste contexto, se transforma numa das estratégias mais utilizadas pelos governos locais e promotores urbanos para empreender e justificar a renovação de algumas partes da cidade num curto espaço de tempo. Para que essa estratégia do “mega-evento” seja plenamente efetivada, os benefícios tangíveis e intangíveis têm sido amplamente divulgados pelos gestores públicos, de modo que haja o necessário envolvimento e engajamento da população tanto no que se refere à compreensão da necessidade das obras e investimentos para a realização do evento, que geram transtorno e desconforto, mas também dos benefícios que virão com a “reestruturação urbana” e com a construção da “nova” imagem da cidade, os quais podem gerar um forte sentimento de cidadania e de pertencimento à cidade “restaurada”.

Assim, pode-se afirmar que a idéia de sediar os Jogos passa a ser utilizada pelos gestores das cidades para justificarem e encorajarem uma variedade de projetos de desenvolvimento que não seriam politicamente viáveis se fossem discutidos num contexto

cotidiano (Andranovich *et alli.* 2001:34). Desse modo, a manipulação do caráter extraordinário do grande evento constrói um ambiente político propício à afirmação da chamada “oportunidade histórica para uma grande transformação”.

2.2 Grandes eventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro

O contexto político-institucional no qual emerge, na cidade do Rio de Janeiro, um modelo de gestão urbana empresarial é marcado por um lado pela vigência ainda recente de uma nova ordem constitucional, concebida por um ideário reformista no bojo do processo de redemocratização do país e, por outro lado, pela ascensão do neoliberalismo no plano nacional, significando o aumento da competição entre estados e municípios pela atração de investimentos, negócios e empresas introduzindo novas prioridades na pauta da ação pública local.

A inserção do “grande evento esportivo” na agenda municipal do Rio de Janeiro é paralela à história política do prefeito César Maia³ na administração da cidade como também à afirmação de um novo ideário e de um novo modelo de política urbana. A elaboração dos Planos Estratégicos I e II da Cidade insere, definitivamente, o tema dos grandes eventos, em particular os Jogos Olímpicos, na agenda pública municipal, como uma das principais estratégias para se alcançar o desenvolvimento urbano, econômico e social da cidade segundo uma pauta claramente neoliberal.



Figura 01: Quadro das diretrizes/propostas contidas nos Planos Estratégicos da cidade do Rio de Janeiro semelhantes com as propostas feitas nas candidaturas Rio 2004, Rio 2007 e Rio 2012. Fonte: Danielle Barros, 2008.

Contando com diversas consultorias internacionais a Prefeitura inicia a corrida pelos Jogos tentando sediar os Jogos Olímpicos de 2004, 2012 e conseguindo finalmente, sediar os Jogos Pan-Americanos de 2007.

A partir da leitura dos documentos oficiais (acessíveis) relativos às candidaturas citadas, procurou-se reconhecer os elementos e características apresentados como possíveis catalisadores de renovação e transformação urbana e o discurso empregado na construção destas candidaturas tendo em vista a legitimação necessária a tal candidatura mediante o enaltecimento do potencial da cidade para sediar o grande evento.

As propostas de candidatura avalisadas neste trabalho foram: a proposta feita pela RBC Consultoria⁴ em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro para a candidatura Rio 2004 (1996); a candidatura apresentada para o Pan-2007 e suas duas versões: o estudo de viabilidade realizado pela FGV em 2001, e o projeto apresentado à Organização Desportiva Pan-Americana - ODEPA – em 2002; e, por fim, a candidatura para sediar as Olimpíadas de 2012, formulada pela Prefeitura do Rio de Janeiro com uma consultoria australiana (2003).

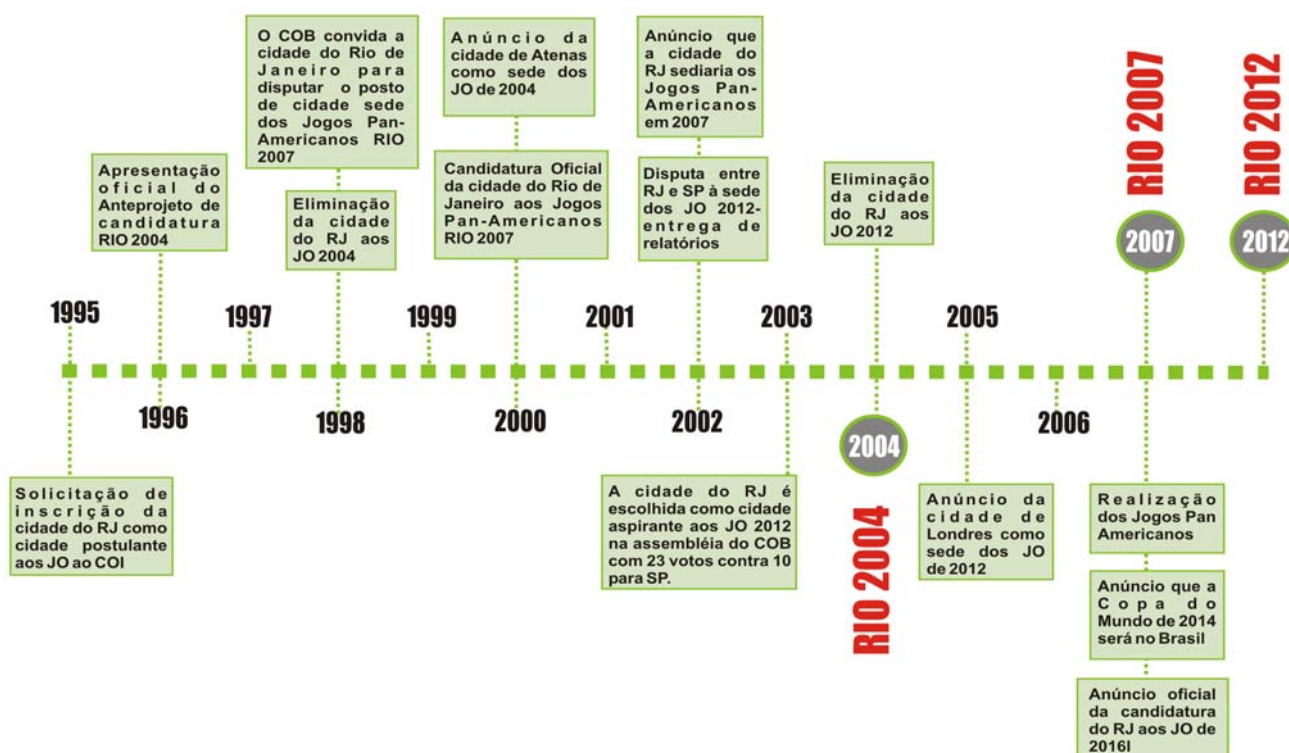


Figura 02: Cronologia das candidaturas do Rio de Janeiro à cidade-sede de Grandes Eventos Esportivos. Fonte: Danielle Barros, 2008.

Resumidamente apresenta-se este quadro síntese com as principais propostas feitas nas diferentes candidaturas e o que foi realmente executado para o Pan. De modo, objetiva-se que as diferenças e semelhanças presentes nas diversas candidaturas possam ser percebidas com mais facilidade. O quadro consta de uma coluna referente às instalações esportivas a serem utilizadas e/ou construídas em cada área da cidade para que fossem perceptíveis as variações de concentração, as propostas de infra-estrutura urbana, os custos do evento subdivididos em investimentos gerais e em infra-estrutura esportiva.

ÁREAS/PROJETOS/ A CONSTRUIR		ACESSIBILIDADE	CUSTOS	CANDIDATURAS
Fundão	06 05	<ul style="list-style-type: none"> • Construção da Linha Amarela • Expansão do metrô para a Lagoa e para a Ilha do Fundão • Melhorias na Rede Viária 	TOTAL	RIO 2004
Barra da Tijuca	06 05		2,25 bilhões de reais	
Maracanã	05 01		Infra Esportiva	
Glória-Botafogo	05 -		701 milhões de reais	
Lagoa-Copacabana	06 01			
Vila Militar-Campo Grande	02 01			
Barra da Tijuca	15 13	<ul style="list-style-type: none"> • Ligação Campo Grande Fazenda Modelo; • Construção do Túnel da Grotta Funda; • Duplicação das Av. das Américas; • Implantação da Linha 6 e da Linha 4; • Transformar a Linha C em metrô; • Metro mar (Galeão-Porto-Copacabana-Ipanema-Barra) 	TOTAL	RIO 2007 (2001)
Maracanã	03 01		3,4 a 28,7 bilhões de reais	
Marina da Glória	01 -		Infra Esportiva	
Lagoa-Copacabana	04 01		2,35 bilhões de reais	
Vila Militar-Campo dos Afonsos	02 -			
Campo Grande-Bangu	03 -			
Barra da Tijuca	10 06	<ul style="list-style-type: none"> • Anel Viário • Construção da Via Light • Conexão Barra-Lagoa • Estrada RJ-109 • Implantação da Linha 6 e da Linha 4 do metrô • Melhoria dos Trens urbanos 	TOTAL	RIO 2007 (2002)
Maracanã	03 -		696 milhões de reais	
Marina da Glória	01 -		Infra Esportiva	
Lagoa-Copacabana	02 -		383 milhões de reais	
Vila Militar-Campo Grande	04 -			
Barra da Tijuca	11 05	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação da Linha 6 e 4 do metrô • Instalação sistema de bondes na área central • Melhoria das estradas e ferrovias • Ligação Hidroviária entre os aeroportos "Galeão" e Santos Dumont e Praça XV-Barra da Tijuca; construção de estação hidroviária em frente ao Terminal Rodoviário Novo Rio 	TOTAL	RIO 2012
Maracanã	03 01		6,25 bilhões de reais	
Pão de Açúcar	04 -		Infra Esportiva	
Deodoro	02 -		620 milhões de reais	
Barra da Tijuca	11 04	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação Av. Salvador Allende • Anel Viário Barra da Tijuca • Melhoria da estação ferroviária de Engenho de Dentro 	TOTAL	RIO 2007 (2007)
Maracanã	04 01		3,8 bilhões de reais	
Pão de Açúcar	05 -		Infra Esportiva	
Deodoro	03 01		1,35 bilhão de reais	

Figura 03: Quadro Comparativo com alguns itens propostos nas candidaturas da cidade do Rio de Janeiro a cidade-sede de grandes eventos esportivos e o projeto do Pan realmente executado. Observe-se que todos os valores referentes a custos foram atualizados para o mês de julho de 2007 (mês e ano que foi realizado o Pan), utilizando os dados do IPEADATA. Fonte: Danielle Barros, 2008.

3. Pan-2007 e conflitos urbanos: a disputa pela cidade

3.1 - Conflitos em grandes eventos esportivos: um olhar sobre a resistência

Os conflitos relacionados à realização de grandes eventos esportivos não são recentes; a grande maioria dos conflitos que ocorreram, contudo, não questionava propriamente a legitimidade dos Jogos na escala local⁵. A partir da década de 80, começam a

aparecer manifestações voltadas, principalmente, para interpelar o impacto local do grande evento e avaliar os limites do seu efetivo legado.

Os grupos passaram a questionar, dentre várias questões, o caráter autoritário do processo decisório sobre o evento, expresso na - exclusão da participação popular e na falta de transparência na divulgação das informações e, em sua maioria, no que diz respeito aos custos, tanto sociais quanto econômicos, dos projetos.

A elite política, assim como a sociedade civil, também se organiza para defender um conjunto de interesses relacionados ao grande evento esportivo que, em muitos casos, convergem com os interesses de grupos de investidores privados que buscam a maximização do capital. A atuação desta elite política é diversa e está relacionada principalmente, ao papel que eles assumem na preparação dos grandes eventos esportivos (Raeder, 2008). O conflito, neste contexto, é latente e sempre presente no projeto (apesar do celebrado consenso), visto que está relacionado a diferentes atores que possuem interesses diversificados.

Tendo em vista as mobilizações que vêm ocorrendo desde a década de 1980 em função da realização de um grande evento esportivo, percebe-se que os movimentos têm se articulado de duas formas⁶: 1) Organização da sociedade civil preexistente que se organizam para protestar questionar a alocação dos recursos, ou contra intervenções que ferem direitos de parcelas da população; 2) Movimentos que são estruturados especificamente a partir das decisões/ações tomadas pelos organizadores do grande evento (Raeder, 2008).

Analisar a atuação dos movimentos sociais nos grandes eventos esportivo é importante, neste contexto, na medida em que tal atuação pode revelar as contradições existentes nesse modelo de planejar as cidades. Para além das crises localizadas, no entanto, os conflitos urbanos podem também expressar o potencial de transformação resultante da mobilização social.

3.2 A resistência carioca: O Comitê Social do Pan

O Comitê Social do Pan (CSP) foi um dos primeiros grupos articulado para a denúncia pública do que qualificou de arbitrariedades realizadas em nome dos Jogos Pan-Americanos. Teve como foco central de suas denúncias o desrespeito aos princípios de justiça social em favor de interesses particulares. Tais interesses estariam materializando, mediante a realização do evento, os princípios da cidade-empresa.

Pode-se dizer que as articulações para a formação do Comitê Social do Pan tiveram início em 2003 quando os Fóruns do Orçamento Participativo e do Acompanhamento do Plano Diretor do Rio de Janeiro iniciavam o debate sobre os Jogos Pan-Americanos pautados em pesquisas orçamentárias e urbanísticas sobre sua implementação. A partir de abril 2005, os Fóruns passaram a se articular com a Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro (FAM-Rio), Instituto Virtual dos Esportes (IVE), o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), o Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião (CDDH Bento Rubião) e grupos de pesquisa, departamentos e institutos universitários, dentre outros atores, enquanto Comitê Social do Pan.

O CSP foi o movimento que esteve mais focado nos impactos dos Jogos, podendo ser classificado como um “movimento estruturado para operar ações a partir das decisões tomadas pelos organizadores do grande evento”, apesar de ser também uma associação de movimentos e organizações já existentes que se rearticularam exigindo transparência no processo de implementação do projeto e maior participação popular, assim como uma alocação mais justa dos recursos.

Agregando cada vez mais atores sociais (que procuravam um espaço de discussão sobre o Pan e/ou se sentiam ameaçados pelas intervenções), o CSP começou a responder criticamente pelo PAN em diversos canais de comunicação.

Resumidamente, pode-se dizer que o Comitê Social do Pan atuou em quatro frentes: 1) difusão das informações sobre o tema; 2) abertura de espaços para a participação dos moradores; 3) interlocução com pesquisadores que subsidiassem uma ação política crítica; 4) parceria com os grupos impactados negativamente pelos Jogos, por meio de “ações de protesto”, como no caso das ações junto ao Ministério Público.

No entanto, o CSP, não foi o único grupo a se mobilizar em função do Pan-Americano. Várias manifestações ocorreram na cidade, promovidas por diferentes grupos sociais que viram no Pan uma oportunidade para fortalecer e/ou dar visibilidade a sua luta.

Para tratar das mobilizações que aconteceram em função dos Jogos Pan-Americanos, é interessante resgatar o trabalho produzido por Lopes, Barros e Marques (2007) onde foram identificadas 45 (quarenta e cinco) manifestações⁷, que segundo os autores estariam relacionadas ao Pan ou seriam resultado de uma possível rede de movimentos sociais articuladas em função do evento.

No trabalho de Lopes, Barros e Marques (2007) foram consideradas manifestações relacionadas ao PAN: atos de rua, passeatas, lançamento de manifestos públicos, dentre outros, que tiveram o PAN como objeto, ou seja, aqueles que reclamavam a respeito das obras e seus impactos sociais e ambientais, prioridades de investimentos, denunciavam corrupção referente às verbas direcionadas aos Jogos, contra as remoções forçadas em áreas a serem utilizadas nas obras ou críticas à política de segurança pública para o período do PAN. Registradas também foram as manifestações que pudessem indicar a construção de uma possível rede de articulação de entidades e movimentos sociais. Entre essas, além das manifestações que tiveram o PAN como objeto, estavam também listadas as manifestações que tiveram o PAN como arena, isto é, manifestações realizadas durante o PAN ou em algum local do, ou próximo ao evento, buscando espaço na mídia nacional e internacional presente, ou em busca de maior pressão sobre órgãos públicos e empresas

comprometidos com os Jogos⁸. E manifestações que seriam fruto dessa rede de movimentos sociais, articuladas em função do Pan-Americano (Lopes; Barros; Marques 2007).

Estas manifestações e grupos por serem mais difíceis de monitorar, tendo em vista suas diferentes pautas de luta que num dado momento convergiram para a questão do Pan-Americano, não foram aprofundadas neste artigo. No entanto, as mesmas podem ser caracterizadas, de acordo com a classificação da resistência aos grandes eventos esportivos como “instituições já existentes da sociedade civil que se (re)organizaram para protestar em favor de uma alocação mais adequada dos recursos, ou contra intervenções que feriam direitos de parcelas da população”.

3.3 O legado conflituoso do Pan

Quando a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida como sede dos XV Jogos Pan-Americanos, muito foi dito sobre os benefícios sociais, econômicos, ambientais, esportivos e culturais que o evento traria para a cidade. A campanha Rio 2007, cada vez mais, ia se assemelhando à proposta feita para as Olimpíadas Rio 2012, ampliando a magnitude das intervenções. O Pan do Rio de Janeiro, pelo menos no plano discursivo, ganhava a dimensão de uma Olimpíada.

Os Jogos foram sendo anunciados como uma oportunidade única para a cidade do Rio de Janeiro mostrar sua capacidade de organizar grandes eventos com “eficiência” e, ainda por cima, obter efetivos retornos. Os jogos proporcionariam, segundo os promotores do evento, a melhora da infra-estrutura urbana e da imagem da cidade. Poderia até mesmo, caso o evento fosse bem sucedido, “ganhar o passaporte” para sediar uma olimpíada. O Rio de Janeiro, na representação da crise relacionada à violência, à desordem urbana, às favelas, poderia, com os Jogos, mudar sua imagem tanto interna quanto externa, tendo sempre como referência os casos “bem sucedidos” de Barcelona e Sydney.

Findo o Pan-2007, os legados efetivos foram bastante reduzidos. Os ganhos com infra-estrutura urbana, os projetos sociais, a valorização da prática esportiva, dentre tantas propostas, foram simplesmente relegados a segundo plano, ou deixados totalmente de lado.

Efetivamente, apesar de todas as anunciadas conquistas resultantes da organização dos Jogos, verifica-se que muito pouco do que foi apresentado no Dossiê de Candidatura como “legado” para os cidadãos foi executado. Analisando o legado do Pan-2007, acredita-se que as promessas de campanha tiveram antes, e talvez unicamente, o objetivo de garantir o sucesso da candidatura para sediar o evento do que qualquer intenção real de promover uma “regeneração urbana” e uma “melhor qualidade de vida” na cidade, como foi reiteradamente anunciado. E, talvez, esta desproporção entre promessas e realizações esteja na origem de alguns conflitos relacionados ao evento.

Muitos foram os conflitos relacionados aos Jogos Pan-Americanos, no entanto, a sua maioria dizia respeito às disputas pelo espaço urbano. Embora alguns dos locais de prática esportiva do evento tenham sido situados na zona oeste e na zona norte, ficou clara a concentração de investimentos em áreas historicamente privilegiadas pelos investimentos públicos como a Barra da Tijuca.

Estas ações pontuais, pouco articuladas e concentradas territorialmente acabaram, desencadeando conflitos, como por exemplo, na: na Vila Olímpica, no Estádio de Remo, na Marina da Glória, no Estádio Olímpico, no Complexo do Autódromo.

No discurso de legitimação do projeto, as obras de infra-estrutura foram as que ganharam maior relevância, seguidas pela questão da inclusão social e da valorização do esporte. As melhorias no transporte, especialmente com a implantação da Linha 4 do Metrô, que ligaria a Zona Oeste à Zona Sul, tão valorizadas durante a campanha, não saíram do papel e se tornaram mais uma promessa não cumprida.

A valorização da prática esportiva e dos atletas também foi uma grande promessa da campanha Pan-2007. O que se viu, no entanto, foi um grande número de esportistas

permanecendo sem patrocínio e investimentos. O ganho esportivo, ao que parece, foi apenas uma metáfora utilizada para sensibilizar “alguns corações”. Os investimentos em equipamentos esportivos, centros de treinamento, vilas olímpicas foram bastante questionados. Estes mesmos equipamentos esportivos, onde foram investidos alguns milhões de reais dos cofres públicos, estão, atualmente, ameaçados de terem seu uso alterado para atividades mais lucrativas do que as atividades esportivas⁹.

A construção da Vila Pan-Americana, na Barra da Tijuca, pela empresa Agenco, chama a atenção neste sentido, visto que parte deste empreendimento privado foi financiado com recursos públicos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) utilizado habitualmente em empreendimentos voltados pela classe de baixa renda. Não obstante, recursos públicos foram utilizados também para a urbanização do terreno onde foi localizada a Vila.

As vilas olímpicas, grande trunfo para o processo de inclusão social por meio do esporte, também tiveram seu número bastante reduzido até a realização dos Jogos, além dos investimentos terem sido muito pequenos se comparados aos investimentos totais no Pan. De acordo com o relatório Rio Estudos nº 151 (2005), foram investidos aproximadamente 78 milhões de reais de 2001 a 2005, entre a construção, gestão e manutenção das sete Vilas Olímpicas da cidade. E o Centro Olímpico de Desenvolvimento de Talentos – CODT¹⁰ - sequer foi construído

Assim, pode-se dizer que o conceito de inclusão social foi outro ponto crítico do projeto Rio 2007, tendo em vista que para incluir, se fazia necessário também, excluir. Deste modo, para garantir a realização do Pan com “eficiência”, os promotores do evento apontavam a necessidade de que algumas comunidades fossem removidas - coincidentemente próximas aos grandes complexos esportivos e empreendimentos imobiliários. Os gestores e promotores do evento alegavam que estas comunidades estariam em “áreas de risco”. Porém, para os excluídos, ficava cada vez mais claro, que se tratava de uma “área de rico”¹¹ e, conseqüentemente, de uma ação de “limpeza urbana”.

As ações empreendidas pelo poder público visando garantir a segurança pública da cidade também foram objeto de crítica. O caso emblemático foi a ocupação do Complexo do Alemão¹², que resultou em uma operação com 44 mortos. Apesar de ter sido amplamente negada pela grande mídia a relação desta operação com a realização dos Jogos Pan-Americanos, os movimentos sociais e comunidades de favelas cariocas enxergavam este ato como uma tentativa do governo de afirmar sua força e criar uma “sensação de segurança”.

Segundo o professor Ignácio Cano¹³:

[...] Não tenho dúvida que os governos queriam passar a impressão de fortaleza e não de fraqueza para a imprensa. Isto não seria feito durante a realização do Pan-Americano; então, resolveram fazer uma mega-operação antes do evento para poder dizer que eles tinham agido com planejamento e contundência, e também para dar uma demonstração de força (*apud* Cotta; Celestino 2007).

A seguir, apresenta-se um quadro com alguns dos principais conflitos que ocorreram na cidade em função dos Jogos e um quadro com suas conquistas. O que parece merecer destaque, porém, independente da “eficácia” das lutas, é que estes conflitos expressaram, de diversos modos, ações cidadãs, exercícios de construção de cidadania e de sujeitos coletivos, negações do aparente e forçado consenso acerca dos benefícios do Pan-de-todos. Eles explicitaram as contradições da metrópole diversa e desigual e, por outro lado, desvelaram aspectos importantes do modo de se fazer política urbana na atualidade: os acordos entre poucos atores das coalizões dominantes, a adaptação da norma pública para legitimar os interesses particulares e específicos, as tentativas de privatização de territórios urbanos, o repasse de importantes equipamentos para os grupos privados e a gentrificação de áreas consideradas estratégicas para as operações de renovação urbana.



Figura 04: Mapa esquemático localizando alguns dos conflitos sociais que ocorreram em função da realização dos Jogos Pan-Americanos, Rio 2007. Fonte: Danielle Barros, 2008.

LEVANTAMENTO DE ALGUMAS DAS CONQUISTAS DA RESISTÊNCIA

	Conquistas	Não-Conquistas
Estádio de Remo	Conseguiu impedir a construção do “Complexo Lagoon” até a realização do evento, forçando a utilização de instalações temporárias. Reconstrução da Arquibancada demolida.	Demolição de uma das arquibancadas tombadas. Manutenção do acordo de cessão de uso com a empresa Glen Entertainment.
Marina da Glória	Conseguiu impedir a construção do Complexo Marina da Glória até a realização do evento forçando a utilização de instalações temporárias.	Manutenção do acordo de cessão de uso com a empresa EBTE. Corte de árvores. Desmonte da área de piqueniques. Estruturas que seriam utilizadas para a construção da garagem permanecem na Baía de Guanabara.
Engenheiro	Impediu a remoção da Favela Belém-Belém Impediu a Transferência da Escola Técnica Estadual Silva Freire Passarela sobre a Linha Férrea Evitou a transferência do Museu do Trem	O custo inicial do estádio aumentou em quase 7 vezes Desapropriações de 14 residências Aumento do gabarito da área e mudança de uso. A não construção do CODT Perda de algumas áreas de lazer da região. Ausência das melhorias viárias prometidas
Complexo do Autódromo	Impediu a remoção da Favela da Vila Autódromo definição da área da favela como uma AEIS.	Fim do Autódromo Aumento do gabarito da área e mudança de uso
Vila Pan-Americana	Impediu a remoção da favela do Canal do Anil	Remoção da favela do Canal do Cortado Remoção da favela do Arroio Fundo Demolição de 5 casas na favela do Canal do Anil Aumento do gabarito da área

Figura 05: Quadro síntese com algumas das conquista/não conquistas da resistência. Fonte: Danielle Barros, 2008.

4. Resistindo ao irresistível: o papel da denúncia pública

4.1 A importância do legado para a legitimação do projeto

Como tantas outras cidades que sediaram grandes eventos, a implementação do projeto Pan-2007 envolveu uma forte estratégia de marketing urbano, voltada em grande medida para a difusão de uma “nova” e “renovada” imagem da cidade; mas também para a construção de um “consenso” em torno da necessidade e legitimidade do projeto.

O consenso e o marketing urbano são, neste contexto, condições necessárias para a legitimação destes projetos, que, associados à reiterada evocação de uma situação de crise urbana, procuram ganhar adesão para o projeto, apresentado como redentor. A argumentação, neste sentido, parte do anúncio de benefícios tangíveis e intangíveis, legados para a cidade que deverão ajudar a superar a “crise” urbana.

Desta forma, pode-se dizer que, a difusão da expectativa de um legado positivo para a cidade e para os seus cidadãos aparece como uma estratégia de marketing, central para a legitimação do projeto.

A questão do legado, segundo Poynter (2006), assumiu um papel relevante na construção das candidaturas olímpicas após a realização dos Jogos de Los Angeles (1984). Nestes jogos, a comercialização do evento foi ampliada exponencialmente, sendo o mesmo alvo de severas críticas por parte dos movimentos sociais que exigiam um legado para a cidade e, principalmente, para os cidadãos.

No caso do Rio de Janeiro, cidade em que a coalizão dominante há anos vem tentando fazer vitoriosa uma candidatura olímpica, diferentes legados, tangíveis e intangíveis, sempre fizeram parte dos dossiês de candidatura e do discurso oficial dos promotores do evento.

Sendo os Jogos Pan-Americanos um evento de menor escala, mas muito semelhante a uma olimpíada, o mesmo passou a ser encarado pelos seus promotores e

difundido para a coletividade como um passaporte “certo” para uma futura candidatura olímpica.

Sendo o passaporte para uma possível candidatura olímpica, o legado assume, como em tantas outras candidaturas olímpicas, um papel importante no discurso dos promotores do evento sendo utilizado como grande elemento justificador do projeto. Afinal, como disse Carlos Arthur Nuzman, presidente do COB e do CO-RIO: “*legado é a palavra chave hoje. Não se constrói nada se não dissermos a todos qual será o legado econômico, humano e social*” (Nuzman em entrevista a Tony Batalha, *Revista Esporte e Vida*, 2004:07).

Empregos, incremento do turismo, desenvolvimento, valorização do esporte, modificação da imagem internacional, modernas infra-estruturas esportivas e de transporte, entre tantos outros temas, passaram a fazer parte do discurso dos promotores do evento e da mídia oficial.

Pode-se dizer, também, que os discursos e promessas, referentes ao legado olímpico e a legitimação do evento, passaram a ser utilizados pelos grupos opositores para mostrar que os mesmos não eram realistas. Assim, como observa Poynter:

[...] a crescente significação atribuída a legados não-esportivos tem gerado muito debate concernente ao impacto social e cultural das Olimpíadas, identificando vencedores e perdedores como decorrência do inevitável processo de re-engenharia social que acompanha extensivos esquemas de regeneração urbana (Poynter, 2006:14).

4.2 A Denúncia Pública como uma “Tecnologia de Protesto”

Como visto anteriormente, diversos conflitos surgiram em função da realização dos Jogos Pan-Americanos, demonstrando não terem sido reais o consenso difundido pela mídia e a conseqüente aprovação do projeto por “todos os brasileiros”. Os grupos opositores deste grande evento se articularam de diferentes formas tendo em vista as peculiaridades de cada conflito e dos objetivos de cada ação social.

Observou-se, no entanto que, em sua maioria, a resistência atuou fazendo uso do que Boltanski (1990 *apud* Araújo, 2007) chamou de denúncia pública; nesta, a partir de um evento crítico, constitui-se um jogo entre denunciantes e denunciados no qual cada ator tenta legitimar suas ações.

Neste sistema de denúncias, quem denuncia alguma coisa ou algo deve ser capaz de convencer as outras pessoas, associando-as a seu protesto. Para isso é necessário assegurar que lhes diz a verdade, mas também que ela merece ser explicitada, uma vez que para corrigir uma injustiça é preciso acusar o agente (o ser individual ou coletivo) responsável por ela. Trava-se um jogo de acusações e tentativas de responsabilização, onde cada uma das partes envolvidas vai levantar argumentos e provas para fazer com que seus respectivos interesses ou reivindicações sejam reconhecidos como justos. Inicia-se uma luta pela verdade: a luta pela justiça, neste contexto, passa a ser uma luta pela verdade (Araújo, 2007).

Para que uma denúncia pública seja aceita, é necessário que o autor desta denúncia seja seguido por um grande número de pessoas. Assim, a causa que ele defende tende muitas vezes a ser orientada para a universalidade, havendo o deslocamento do ‘caso particular’ para o ‘interesse geral’, do singular e pessoal para o geral e coletivo. O caso deixa de ser uma exceção e passa à condição de regra que poderá voltar a acontecer (Id).

A determinação e a decisão sobre um caso estarão, desta forma, ligadas às manobras argumentativas e comprobatórias e aos efeitos de mobilização desenvolvidos em cada campo. É nesse processo de “justificação” da denúncia, de buscar provar que uma injustiça foi cometida e necessita ser reparada, que se vão constituindo os sujeitos políticos, com todas as suas potencialidades e fragilidades.

No caso dos Jogos Pan-Americanos, pode-se dizer que a denúncia pública foi uma importante estratégia de protesto e também de defesa utilizada pelos diferentes atores envolvidos na crítica e resistência ao grande evento. Por meio da denúncia pública foi possível reunir diferentes grupos que se reconheceram como iguais na luta constituindo-se

como sujeitos políticos que, de alguma forma, interferiram (ainda que relativamente) no processo de implementação do projeto. Tal afirmação pode ser comprovada nas falas do ex-coordenador do Comitê:

[...] O Comitê foi um ator importante na divulgação das experiências deste tipo de evento em outros países, em que o legado na maioria das vezes foi negativo, seja em termos sociais, financeiros e/ou ambientais. Teve papel importante também na divulgação de irregularidades na implementação do Pan no Rio e se constituiu como um ponto crítico no meio do grande oba-oba em torno dos Jogos. Para minha luta o Comitê foi importante, pois me proporcionou oportunidades de intervir na esfera pública atuando naquilo que acredito. Seja no apoio à criação de emendas ao orçamento, seja no embargo às obras faraônicas e irregulares, seja na luta pela permanência e de comunidades ameaçadas de remoção, seja na divulgação de informações desconhecidas do grande público que permitiram ampliar (por menor que tenha sido esta ampliação) a base crítica, não necessariamente contrária, em relação aos grandes eventos (Bruno Lopes, ex-Coordenador do CSP, em entrevista à autora 10/04/08 – grifos meus).

A denúncia pública construída pelo CSP foi marcada pela promoção de seminários, palestras, manifestações, passeatas e atos públicos, panfletagens, entrevistas a jornais, rádios e televisão, além de publicações acadêmicas e interlocução com grupos de resistência internacionais.

Neste contexto, reconhece-se a utilização de 4 estratégias de denúncia pública no caso dos Jogos Pan-Americanos, a saber: 1) depoimentos e palestras em eventos diversos; 2) práticas reivindicativas de justiça, inicialmente nos lugares impactados diretamente pelas intervenções; 3) denúncias via meios de comunicação; 4) denúncia internacional (Carta a Guadalajara).

5. Repercussões da crítica no processo de implementação dos Jogos

No processo de legitimação dos Jogos Pan-Americanos na cidade do Rio de Janeiro pôde-se identificar 3 momentos referentes às disputas argumentativas, caracterizados pela influência maior ou menor da resistência na implantação do projeto dos Jogos. Ressalte-se, no entanto, que tais classificações não são estanques, visto que fazem parte de um

processo social composto por ações variadas. Elas, no entanto, procuram evidenciar as feições que se repetiram com mais intensidade em cada período.

Tal distinção foi feita a partir dos discursos e das ações da resistência e, principalmente, a partir da constatação do papel central que o legado assumiu na justificação das críticas. Isto quer dizer, quanto mais claro ficava para a população que os legados prometidos não iriam se concretizar, mais força ganhava o discurso da crítica.

O primeiro momento (2003-2004) correspondeu ao período inicial de divulgação dos Jogos Pan-Americanos, quando houve uma exposição positiva e ampliada dos legados para a cidade, objetivando conquistar um grande número de adeptos dispostos a defender o projeto. Começava-se, neste sentido, a construir o consenso pan-americano, e a representação do “todos”: ‘Todos’ os cariocas desejavam o evento!

Pode-se dizer que o segundo momento (2005-2006) teve início quando os projetos do Pan começaram a sair do papel e, em paralelo, foi surgindo uma resistência aos projetos relacionados ao Pan, resultando numa série de conflitos, principalmente com os grupos diretamente afetados pelas intervenções. Além disso, o crescimento da escala do projeto e a supressão de algumas promessas de campanha também foram alvos de críticas.

O terceiro momento (2007) condiz com o período onde se evidencia para a população carioca que, apesar dos altos investimentos feitos para garantir a realização do evento, muitos dos legados prometidos não iriam se concretizar. Neste contexto, os conflitos se ampliam. Novos setores e grupos se unem à luta contra o processo de implementação do megaevento, assim como são abertas novas frentes.

A seguir, apresenta-se um quadro síntese com algumas das características de cada período:

1º MOMENTO (2003-2004)	<ul style="list-style-type: none">• Divulgação ampliada dos legados positivos para a cidade e para os cidadãos;• Crescimento da escala do projeto tendo em vista a possibilidade do Rio de Janeiro sediar as Olimpíadas de 2012;• A distância temporal entre os legados prometidos e a realização do evento, garantia o consenso e a valorização do projeto, principalmente em relação às promessas de melhoria da infra-estrutura viária;• Inexistência de uma resistência efetiva ao projeto, as críticas recebidas vieram, principalmente, durante o período eleitoral referenciadas à gestão do prefeito César Maia;• Mídia favorável ao Projeto.
2º MOMENTO (2005-2006)	<ul style="list-style-type: none">• O discurso oficial continua valorizando os legados positivos apesar de algumas promessas feitas, como a melhoria da infra-estrutura de transportes, não se efetivarem.• Orçamento cresce de acordo com o dimensionamento do evento; atrasos nas obras.• Ameaça do evento não se realizar por falta de verbas; pressão política para que as outras esferas de governo se comprometessem com investimentos maiores.• O projeto começa a ser implementado, impactando inicialmente as comunidades localizadas no entorno das instalações.• Resistência começa a ser organizada, principalmente nos locais de intervenção.• Surge o Comitê Social do Pan.• Surgem algumas críticas pontuais à realização do evento na mídia oficial.• Ganhos de poder da resistência - remoções na Vila Autódromo não foram realizadas.
3º MOMENTO (2007)	<ul style="list-style-type: none">• O discurso oficial continua valorizando o legado, mas passa a incorporar no seu discurso algumas das críticas recebidas, tendo em vista a ausência de muitos dos legados prometidos. O legado intangível passa a ser mais valorizado.• Custos do evento decuplicados; pouco impacto positivo na vida cotidiana.• Pseudo-união entre os atores políticos; disputas simbólicas pela paternidade do projeto.• Outros grupos, além do CSP, passam a ter o Pan como objeto de luta questionando os legados e as prioridades de investimento.• Ações violentas no Complexo do Alemão; crítica a política de segurança pública do Pan.• Ampliam-se as críticas na mídia oficial questionando a ausência de muitos dos legados prometidos e os altos custos das obras.• Ganhos de poder da resistência - alguns projetos e remoções não foram realizados.

Figura 06: Quadro síntese com as principais características da periodização sugerida neste trabalho. Fonte: Danielle Barros, 2008.

A argumentação sobre o legado, pela resistência, procurou demonstrar a existência de incoerências no discurso oficial, reclamando por um legado que fosse mais amplo e menos excludente, que beneficiasse também as camadas pobres da sociedade. Além disso, o discurso de oposição denunciava os gastos exorbitantes, as prioridades de investimento atribuídas a projetos considerados desnecessários e em áreas da cidade privilegiadas, as remoções de comunidades pobres, as violências policiais como medidas de segurança, a privatização da cidade com as parcerias público-privadas. Mais que tudo, porém, se questionava a ausência de participação popular no processo decisório.

6. Considerações Finais

Partindo do entendimento de que o sistema capitalista necessita de “justificações” para legitimar suas ações - sobretudo, para poder resistir à crítica “anticapitalista” que geralmente lança mão de convenções de validade universal relativas ao que é justo e injusto -, seus defensores tendem a mobilizar elementos cuja legitimidade já se encontra garantida e à qual darão um novo sentido associando-a às exigências do capital (Boltanski; Chiapello, 2002).

O legado de um grande evento transforma-se num destes elementos, cuja legitimidade já estaria, de certa forma, garantida, de modo que os impactos positivos são apresentados quase sempre como superiores aos efeitos negativos. Os projetos urbanos e grandes eventos passam a ser oferecidos como elementos capazes de superar a fratura social existente nas cidades, mediante a justificativa do legado que passa a constituir a representação da cidade una e consensual, aquela que abraça “todos em busca do bem comum”.

A busca pela legitimidade destes projetos resulta, quase sempre, num processo de adesão social e estabilização política por meio da neutralização dos conflitos. Desconsidera-se neste caso, que o tecido social no qual se desenvolve o grande projeto/evento não é inerte e que “o conflito é parte inerradicável da vida conjunta dos seres humanos é um componente tão fundamental da associação humana quanto a cooperação” (Paoli; Telles, 2000:105). Assim, cada vez mais, os grandes eventos e os grandes projetos urbanos têm sido alvos de críticas e palco de inúmeros conflitos urbanos.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, muitos dos conflitos analisados eram anteriores à realização dos Jogos, como nos casos relativos ao Estádio de Remo da Lagoa, à Marina da Glória, à comunidade da Vila Autódromo e outras comunidades localizadas na Barra da Tijuca. Com a aproximação dos Jogos a pressão sobre os movimentos resistentes se intensificou. Afinal, de acordo com os promotores deste evento, a excepcionalidade do mesmo justificaria o emprego de medidas extremas para garantir a realização dos projetos.

Observou-se, contudo, que a realização do evento permitiu uma articulação dos diferentes grupos da resistência que antes atuavam de forma isolada pela cidade, como no caso dos coletivos que se associaram para constituir o Comitê Social do Pan. Destaca-se também a articulação dos diferentes movimentos sociais em torno do que foi chamado de Plenária dos Movimentos Sociais, que resultou num espaço construído coletivamente para a discussão e articulação das lutas urbanas.

Assim, mediante a realização dos grandes eventos, observa-se a constituição de arenas públicas nas quais os conflitos ganham visibilidade como acontecimento político, nas quais os sujeitos coletivos procuram se constituir como “interlocutores válidos e nas quais os direitos estruturam uma linguagem pública que baliza os critérios pelos quais demandas coletivas são problematizadas e avaliadas nas suas exigências de equidade e justiça” (Paoli; Telles, 2000:106). Neste contexto, a denúncia pública emerge como a principal estratégia de protesto, focalizada principalmente na denúncia da desigualdade urbana.

Ao longo deste trabalho procurou-se mostrar como os diferentes discursos, representações e ações da resistência afetaram os processos de reestruturação urbana pretendidos e ensejados pela gestão estratégica empreendida na cidade desde a década de 90.

Esta pesquisa procurou trazer para o terreno das cidades reais, as conseqüências práticas da adoção de um modelo de planejamento que se apresenta com único viável e dos conflitos que propiciaram a constituição e articulação de novos agentes políticos coletivos. Procurou-se dar visibilidade a grupos sociais e movimentos que, por muitas vezes, aparecem não apenas como derrotados, mas também como condenados à derrota por irrealismo ou radicalismo utópico, mas que, na maioria das vezes, têm conseguido resistir e, através dessa resistência, diminuir o ritmo acelerado das mudanças impostas pelo modelo capitalista neoliberal, expresso no planejamento estratégico e nos grandes projetos urbanos.

Como muitos dos conflitos que se diziam relacionados ao Pan, estão também relacionados ao projeto de cidade que se pretendia e se pretende construir - baseado nos

princípios capitalistas de eficácia racional onde “maximizam-se os ganhos e minimizam-se as perdas” – os conflitos permanecem, latentes ou presentes, mesmo com o fim do evento.

Neste sentido, permanecem as ameaças de remoção às comunidades pobres localizadas na Barra da Tijuca e no entorno do Engenheiro; permanecem os conflitos referentes à privatização e descaracterização do Estádio de Remo da Lagoa e da Marina da Glória. Permanece vigente a política de segurança pública empreendida no estado do Rio de Janeiro, que criminaliza os moradores das favelas cariocas, justificando ações cada vez mais violentas. Diante deste quadro de espoliação dos direitos, no contexto do qual os conflitos permanecem ativos, a resistência continua articulada e algumas ações começam a ser esboçadas no período pós-Pan, a saber:

- a) O Ato do Primeiro de Maio de 2008 foi realizado novamente no Canal do Anil, sendo que desta vez a caminhada foi direcionada para a Cidade da Música, numa tentativa de protestar e questionar os critérios que determinam as prioridades de investimentos e os altos custos destes grandes projetos;
- b) As ações no Ministério Público referentes aos casos do Estádio de Remo e da Marina da Glória continuam em andamento e os militantes permanecem acompanhando estes processos e pressionando as autoridades públicas envolvidas;
- c) O CSP continua mobilizado acompanhando os diferentes casos e articulações em torno da realização de novos eventos (como a Copa do Mundo de 2014 e a Candidatura às Olimpíadas de 2016), de modo a traçar estratégias de luta, dentre outras ações.

Cabe avaliar futuramente os desdobramentos desta articulação social. Suas conquistas e estratégias no período pré-Pan foram desenvolvidas neste trabalho, mas o horizonte de possibilidades que se descortina a partir dos “não-acontecimentos” torna a pesquisa pós-Pan, cada vez mais necessária, uma vez que os conflitos e os movimentos são reinventados, sugerindo e convidando à interpelação da “cidade dos contentes”.

Notas

¹ Adotou-se neste trabalho a perspectiva crítica de David Harvey assumida em seu trabalho “Do gerenciamento ao empresariamento urbano: a transformação da administração urbana do capitalismo tardio” (1996) no qual aponta como característica marcante deste modelo a formação de parcerias público-privadas, orientadas, em grande medida, por enunciados como competitividade e produtividade onde os fins estariam subordinados aos interesses das forças do mercado.

² Segundo Otília Arantes, nesse planejamento urbano associado à realização de grandes eventos “(...) qualquer megaevento vem a calhar, não importa de que natureza seja – desde que não se perca a ‘ocasião’” ou ainda “vive-se à espreita de ocasiões (...) para fazer negócios! Daí a indiferença do evento ocasional (até de uma calamidade natural pode nascer a ‘ocasião’(...))” (Arantes, 2000:62-63).

³ César Maia assumiu a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em três períodos distintos: 1992-1996, 2001-2004 e de 2004 a 2008. A gestão de 1997-2001, no entanto, foi feita pelo seu ex-secretário de urbanismo e até então aliado político, Luiz Paulo Conde.

⁴ A RBC (Rio Barcelona Consultores) mantinha em sua equipe técnica especialistas em planejamentos estratégicos internacionais como: Manuel de Forn e Jordi Borja, os mesmos que participaram da elaboração do Plano Estratégico da cidade de Barcelona, e do Primeiro Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro.

⁵ A ocorrência de protestos e manifestações durante a realização de grandes eventos e, particularmente, nos Jogos Olímpicos, não é uma experiência recente. Pode-se citar, por exemplo, as manifestações estudantis ocorridas nos Jogos Olímpicos de 1968, no México, que reprimidas pela polícia acabaram resultando no que foi chamado de Massacre de Tlatelolco. Estes Jogos também foram marcados pelo protesto de dois atletas negros norte-americanos Tommie Smith e John Carlos, que após receberem suas medalhas no pódio, levantaram seus braços esticados com as mãos cobertas por luvas negras e punhos fechados, em protesto pela segregação racial e apoio aos movimentos negros em seu país. Após seu ato, transmitido ao vivo pela televisão para o mundo todo, os dois foram expulsos da delegação americana e da vila olímpica. Manifestações e protestos sempre ocorreram ao longo da história dos Jogos Olímpicos. No entanto, a ascensão do neoliberalismo e a aplicação da gestão estratégica na organização dos Jogos, determinam um novo momento neste conjunto de protestos. Tais manifestações passam a ter um caráter eminentemente urbano, cujo foco passa a ser, também, o questionamento da política urbana adotada para a implantação destes grandes eventos e, por isso, apresentam formas de ação e resultados ainda pouco estudados e potencialmente diferentes.

⁶ Considere-se que a existência de um tipo de articulação não elimina a outra.

⁷ O registro dessas quarenta e cinco manifestações presente no trabalho de Lopes, Barros e Marques (2007) não significa que outras, também relacionadas ao tema, não tenham ocorrido. O recorte temporal do registro das manifestações presentes no trabalho parte do dia 23 de abril de 2006 a 10 de outubro de 2007.

⁸ No período dos Jogos ocorreram diversas manifestações no Rio de Janeiro, como paralisações e greve de policiais e professores por aumentos de salários, de controladores de voo etc que buscavam, em meio ao evento, pressionar o governo e/ou as empresas para obter suas vitórias. Houve também manifestações que aproveitavam do momento do evento para aparecer para a imprensa nacional e internacional. Essas manifestações, que tiveram o PAN apenas como arena, não foram registradas No artigo de Lopes, Barros e Marques (2007), a não ser aquelas que expressavam a construção de uma possível rede de articulação entre movimentos sociais.

⁹ “O velódromo que usou madeira da Sibéria pode ser transformado em casa de shows. O governador do Rio, Sérgio Cabral, já apresentou o projeto de demolir o tradicional parque Julio Delamare, que recebeu as partidas de pólo aquático. A idéia também colocaria abaixo o estádio de atletismo Célio de Barros - ambos fazem parte do Complexo do Maracanã, como o ginásio Maracanãzinho. 'Esses

espaços não são tombados e podem ser convertidos em equipamentos que completariam o Maracanã, como estacionamento, shopping e outros'(...) Já César Maia quer transformar outras construções feitas para esportes bem específicos em "locais mais rentáveis". Sua proposta é fazer do parque aquático Maria Lenk um local para jogos de tênis e espetáculos musicais. 'Estamos pensando em criar uma base para que sejam disputados jogos de tênis, além de shows. A natação não é rentável' (...)O prefeito, porém, tem também outra idéia para o Velódromo, construído próximo ali em área que correspondia ao autódromo de Jacarepaguá. Mesmo com o déficit de locais especializados em receber eventos de ciclismo (...) a prefeitura do Rio quer aumentar a capacidade de público e fazer um tratamento acústico para transformar o local em casa de shows".

<http://averdadedopanoreturno.blogspot.com/search/label/legado%20do%20pan> (consultado em 10/02/08).

¹⁰ O projeto atenderia a 6.000 (seis mil) crianças por dia e seria implementado numa área de 100.000 m² (cem mil metros quadrados), no mesmo terreno do Engenho, reutilizando galpões remanescentes da antiga oficina de trens da Rede Ferroviária Federal.

¹¹ A argumentação "área de risco" x "área de rico" passou a ser empregada pelas diversas comunidades ameaçadas de remoção neste período. O primeiro momento, nesta pesquisa, em que se viu esta associação foi no Seminário "Que PAN nós queremos?" realizado em agosto de 2005, resultante dos grupos de trabalho que contaram com a participação de moradores de várias comunidades ameaçadas, representantes de movimentos sociais, pesquisadores, dentre outros.

¹² O Complexo do Alemão é um conjunto de 21 favelas localizadas entre os bairros da Penha e Bonsucesso, atravessando outras comunidades (Ramos, Olaria e Inhaúma), e tem uma população de aproximadamente 160 mil moradores.

¹³ Ignácio Cano, professor do laboratório de análise da violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - LAV/UERJ.

Referências Bibliográficas

ACSERALD, Henri. 2004. Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. In: *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: 23-41.

ARAÚJO, Fábio Alves. 2007. *Do luto à luta: a experiência das Mães de Acari*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS.

ASCHER, F. 1994. Projeto público e realizações privadas: o planejamento das cidades refloresce. In: *Cadernos IPPUR/UFRJ*, ano VIII, n. 1, abr/1994: 83-96.

ASWORTH, G. J.; VOOGD, H. 1990. *Selling the city: marketing approaches in public sector urban planning*. London/New York: Belhaven Press: 01- 44.

BENEDICTO, Danielle. 2008. *Desafiando o coro dos contentes: vozes dissonantes no processo de implementação dos Jogos Pan-Americanos, Rio 2007*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. 2002. *El nuevo espíritu del capitalismo*. Editorial Akal.

BORJA, J.; CASTELLS, M. 1997. *Local y Global. La gestión de la ciudades en la era de la información*. Madrid: Taurus: 183-262.

BURBANK, M.; ANDRANOVICH, G.; HEYING, C. 2001. *Olympic Dreams: The Impact of Mega-Events on Local Politics*. London: Lynne Rienner.

COMITÊ DE CANDIDATURA 2012. 2004. *RIO 2012: Candidature Olympique de Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Comitê de Candidatura 2012.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. *Jogos Desportivos Pan-americanos: candidatura para sede*. (s.d)

COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS OLÍMPICOS. 2003. *Rio de Janeiro: Cidade Postulante Jogos Olímpicos de 2012*. Rio de Janeiro COJO.

COMPANS, R. 2005. *Empreendedorismo Urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo: UNESP.

COTTA, Diego; CELESTINO, Jaciara. 2007. Em época de Pan, repressão policial castiga populações de áreas carentes. *Jornal da ADUFRJ. RENAJORP*, (consultado em 31/07/2007) <http://renajorp-textos.blogspot.com/2007/07/em-poca-de-pan-represso-policial.html>

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. 2001. *Jogos Desportivos Pan-Americanos de 2007, candidatura da cidade do Rio de Janeiro: análise de pré-viabilidade técnica e econômica: apresentação preliminar para discussão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

GOTHAM, K. F. 2004. "Theorizing urban spectacles Festivals, tourism and the transformation of urban space". In: *CITY*, VOL. 9, N^o. 2, JULY 2005. ISSN 1360-4813 print/ISSN 1470-3629 online/05/020225-22 © 2004 Taylor & Francis

HARVEY, D. 2004. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Editora Loyola: 1989. 13ª Edição.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: *Espaço e Debates*, ano XVI, n. 39: 48-64.

HILLER, H. H. 1998. Assessing the impact of mega-events: a linkage model. In: *Current Issues in Tourism*, 1(1): 47-57.

LIMA, Julio. *PLANEJAMENTO OU EMPRESARIAMENTO URBANO? A Gestão da Cidade do Rio de Janeiro e os Jogos Pan-Americanos Rio 2007*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

LOPES, Bruno. 2007. Pan 2007: Pan para o povo ou para poucos? In: *Massa Crítica*: n^o 22. PACS, Rio de Janeiro.

LOPES, Bruno; BARROS, Danielle; MARQUES, Guilherme. 2007. A resistência que existe e resiste. In: *Anais da XIII Semana de Planejamento Urbano e Regional*, IPPUR/UFRJ. Ainda não Publicado. Rio de Janeiro.

MASCARENHAS, Gilmar. 2007. *Mega-eventos esportivos, desenvolvimento urbano e cidadania: uma análise da gestão da cidade do Rio de Janeiro por ocasião dos Jogos Pan-*

americanos - 2007. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2007, vol. XI, n. 245 (13). <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24513.htm> [ISSN: 1138-9788]

MASCARENHAS, G. 2005. Para muito além do esporte: O urbanismo e seu legado social. In: *Pan- Americano de 2007: grande negócio pra quem?*. Rio de Janeiro: PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul.

MINISTÉRIO DOS ESPORTES. 2006. *XV Jogos Pan-Americanos Rio 2007: Plano estratégico de ações governamentais*. Brasília: Comitê de Gestão das Ações Governamentais nos XV Jogos Pan-Americanos de 2007.

MYAMOTO, J. S. 2006. *Os grandes eventos esportivos e a requalificação urbana*. Tese de Doutorado apresentada ao PROURB. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NOVAIS LIMA JR. SÁNCHEZ, F.; BIENENSTEIN, G.; OLIVEIRA, F. 2007. Grandes Projetos Urbanos: panorama da experiência brasileira. In: *Anais do XI Encontro Nacional da ANPUR*, Belém do Pará.

POYNTER, Gavin. *De Beijing a Bowl Bells – análise do efeito olímpico*. 2008. Londres, LERI/UEL (London East Research Institute / University of East London), 2006. Material distribuído no Seminário “Gestão de Legados de Megaeventos Esportivos”,

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. 1996. *Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: Rio Sempre Rio*. Rio de Janeiro: PCRJ/ACRJ/FIRJAN.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. 2002. *Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: As Cidades da Cidade*. Rio de Janeiro.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. 2005. *Rio, cidade-referência do esporte rumo ao Pan 2007*. Coleção Estudos da Cidade. RIO Estudos, nº 151. Rio de Janeiro.

RAEDER, Sávio. 2008. *Conflitos no Ordenamento Territorial em Grandes Eventos Esportivos*. Artigo ainda não publicado, 2008.

RBC-RIO BARCELONA CONSULTORES. 1996. *Anteprojeto de candidatura, Jogos Olímpicos 2004*. Rio de Janeiro: RBC-Rio Barcelona Consultores.

ROCHE, M. 2000. *Mega-Events and Modernity: Olympics and Expos in the Growth of Global Culture*. London: Routledge.

RUBIO, K. 2005. “Os jogos olímpicos e a transformação das cidades: os custos sociais de um mega evento”. In: *Scripta Nova, Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales*, Vol. IX número 194 (85), Barcelona.

SÁNCHEZ, F. BIENENSTEIN, G.; BARROS, D.; GUTERMAN, B.; PICINATTO, L.. 2004. *Produção de Sentido e Produção de Espaço: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos*. Curitiba-Paraná: Revista Paranaense de Desenvolvimento, n. 107: 39-56.

SÁNCHEZ, F. BIENENSTEIN, G.; GUTERMAN, B.; GOMES, T. B. M.; CRUZ, M.; NOVAIS, P.; OLIVEIRA, F. L.. 2007. “Jogos Pan-americanos de 2007: uma análise transdimensional do projeto urbano”. In: *Anais do XII Encontro Nacional da ANPUR*, Belém do Pará.

SANCHEZ, P. L. 1993. “Todos, mayoría y minorías en la Barcelona Olímpica”. In: *Economía y Sociedad*, n. 9, 1993, pp.103-115.

SWYNGEDOUW, E.; MOULAERT, F.; RODRIGUEZ, A.. 2002. “Neoliberal Urbanization in Europe: Large-Scale Urban Development Projects and the New Urban Policy”. In: *Antipode*: 547-581.

TAMBELLINI, Maria Luiza. 2007. *O Pan e seus legados*. Rio de Janeiro: IBASE.
<http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=1798> (consultado em 27/09/07)

TELLES, Vera da Silva. PAOLI, Maria Célia. 2000. “Direitos Sociais: Conflitos e Negociações no Brasil Contemporâneo”. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBRA, A.. (orgs). *Cultura e Política nos movimentos sociais latino americanos*. Belo Horizonte. Editora: UFMG:103-148.

VAINER, C.; ARANTES, O.; MARICATO, E.. 2000. *Cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes.

Danielle Barros de Moura Benedicto

Arquiteta e urbanista formada pela Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2005. Mestre em Planejamento Urbano e Regional formada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) em 2008. De 2003 a 2005 trabalhou como bolsista de iniciação científica do Laboratório Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano (GPDU/UFF), coordenados pelos professores Glauco Bienenstein e Fernanda Sánchez, pesquisando sobre os grandes projetos urbanos. Desde 2005 está associada ao Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN/IPPUR), coordenados pelos professores Carlos Bernardo Vainer e Henri Acserald, onde permanece como pesquisadora tendo como linha de pesquisa a abordagem sobre os grandes projetos urbanos e os conflitos sociais.